

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

PROF. JOSÉ RICARDO BEZERRA NOGUEIRA

LISTA DE EXERCÍCIO 8

Estudante: Maria Eduarda Justino da Silva

ASSUNTO: CUSTO SOCIAL DA REDISTRIBUIÇÃO (BALDE FURADO DE OKUN)

OBJETIVO: Utilizar um banco de micro dados baseado na Pesquisa de Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para estimar, segundo o método de Harberger, o custo marginal da redistribuição de renda (o tamanho do furo do “balde furado” de Okun) para o Brasil.

RELATÓRIO

Um relatório deve ser enviado, até a data limite estabelecida, compreendendo

(i) Uma interpretação do custo marginal da redistribuição estimado.

1	Corte de Renda por decil
2	333.333
3	500.0
4	633.0
5	806.0
6	1000.0
7	1212.0
8	1444.8
9	1900.0
10	2926.33

O custo marginal da redistribuição estimado indica que, dada a atual desigualdade brasileira, o bem-estar social aumentaria com a transferência de renda dos mais ricos para os mais pobres, mesmo que esse processo seja ineficiente. Especificamente, com um parâmetro de aversão à desigualdade de 0,5, a sociedade estaria disposta a tolerar um desperdício (vazamento do balde) de até **81,42%** dos recursos transferidos. Ou seja, tirar R\$ 1,00 do rico e fazer chegar apenas R\$ 0,19 ao pobre ainda manteria o bem-estar social inalterado (ponto de equilíbrio).

- Peso Social Relativo (UmgP / UmgR): 5,38; isso significa que a utilidade marginal da renda do pobre é 5,38x maior que a do rico.

(ii) Uma discussão da importância do cálculo do custo marginal da redistribuição para o debate sobre redistribuição de renda em um país com acentuada desigualdade de renda como o Brasil.

Em um país com desigualdade acentuada como o Brasil, a diferença de utilidade marginal da renda entre o topo e a base é gigantesca, ademais, o país possui uma das maiores razões entre a renda do topo (D10) e da base (D1). Isso faz com que a razão do decil 10 em relação ao decil 1 seja muito alto (28,96) e com isso, o peso social relativo ($UmgP/UmgR$) seja alto. O cálculo demonstra que políticas redistributivas (como o Bolsa Família ou imposto de renda progressivo) são socialmente desejáveis mesmo que gerem distorções econômicas ou custos administrativos elevados. O modelo sugere que o foco excessivo na eficiência econômica (não desperdiçar recursos) pode ser secundário frente à urgência de equidade, pois o ganho de bem-estar ao aliviar a pobreza extrema compensa grandes perdas de eficiência no processo de transferência.

